

Carlos Eduardo Adriano Japiassú

DIREITO PENAL INTERNACIONAL



tirant
lo blanch

São Paulo
2020



Copyright© 2020 by Tirant lo Blanch
 Editor Responsável: Aline Gostinski
 Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot

Presidente da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

Juarez Tavares

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

Luis López Guerra

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

Owen M. Fiss

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

Tomás S. Vives Antón

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J39d

Japiassú, Carlos Eduardo Adriano
 Direito penal internacional / Carlos Eduardo Adriano Japiassú. - 1. ed. - São Paulo : Tirant Lo Blanch, 2020.
 282 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-86093-86-5

1. Direito penal internacional. 2. Crime internacional. 3. Tribunais penais internacionais. I. Título.

20-64988

CDU: 341.4

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



tirant
lo blanch

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº2909, sala 44.
 Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP 01401-000
 Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com
 www.tirant.com/br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DIREITO PENAL INTERNACIONAL	13
1. NOÇÃO	13
2. DIREITO PENAL INTERNACIONAL	13
2.1. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO	13
2.2. CONCEITO	16
2.3. OBJETO	19
2.4. DENOMINAÇÃO	20
CAPÍTULO 2 - FINALIDADE DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	23
1. NOÇÃO	23
2. FINALIDADE DA PENA NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	29
3. RETRIBUIÇÃO	30
4. PREVENÇÃO	33
5. INCAPACITAÇÃO	36
6. REABILITAÇÃO	37
7. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO	37
8. OUTRAS FINALIDADES	38
9. DECISÕES NA AMÉRICA LATINA	42
CAPÍTULO 3 - CRIMES INTERNACIONAIS	47
1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INTERNACIONAIS	47
2. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	51
3. RESPONSABILIDADE PENAL INDIVIDUAL: ESTRUTURA E IMPUTAÇÃO NOS CRIMES INTERNACIONAIS	53
3. RESPONSABILIDADE PENAL INTERNACIONAL DAS PESSOAS JURÍDICAS	57
3.1. RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS	57
3.2. PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	59
CAPÍTULO 4 - CONCURSO DE PESSOAS NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	63
1. INTRODUÇÃO	63
2. NOÇÃO	64

3.	TEORIAS SOBRE AUTORIA E PARTICIPAÇÃO	67
3.1.	TEORIA MATERIAL-OBJETIVA	67
3.2.	TEORIA SUBJETIVO-MATERIAL	68
3.3.	TEORIA FORMAL-OBJETIVA	70
3.4.	TEORIA DA INSTIGAÇÃO-AUTORIA	71
3.5.	TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO	72
	a) Domínio da ação	74
	b) Domínio da vontade	74
	c) Domínio funcional do fato	75
	d) Domínio sobre a fonte de perigo	76
	e) Domínio da organização ou dos aparatos organizados de poder	76
4.	AUTORIA E PARTICIPAÇÃO NO DIREITO PENAL INTERNACIONAL	79
4.1.	AUTORIA DIRETA	79
4.2.	COAUTORIA	82
4.3.	AUTORIA MEDIATA	88
4.4.	PARTICIPAÇÃO	93
CAPÍTULO 5 - GENOCÍDIO E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE		97
1.	NOÇÃO	97
2.	ORIGENS	98
3.	O CRIME DE GENOCÍDIO E O SURGIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE	103
4.	DESENVOLVIMENTOS POSTERIORES A NUREMBERG E A TÓQUIO	112
5.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E MISTOS	116
6.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	122
CAPÍTULO 6 - GENOCÍDIO E CRIMES CONTRA A HUMANIDADE EM ESPÉCIE		127
1.	NOÇÃO	127
2.	GENOCÍDIO	127
3.	CRIMES CONTRA A HUMANIDADE	135
3.1.	O ELEMENTO DE CONTEXTO	138
3.1.1.	Ataque generalizado ou sistemático	138
	a) Ataque	138
	b) Generalizado ou sistemático	139
3.1.2.	Dirigido contra qualquer população civil	141
3.1.3.	O nexó entre os atos individuais e o elemento de contexto	143
3.2.	ELEMENTO MORAL (MENS REA)	143
3.3.	CONDUTAS INDIVIDUAIS	145
	a) Homicídio	145
	b) Extermínio	146
	c) Escravidão	147

e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional	149
f) Tortura	150
g) Estupro, escravidão sexual, prostituição forçada; gravidez forçada, esterilização forçada e outras formas de violência sexual de gravidade comparável	151
h) Perseguição	155
i) Desaparecimento forçado de pessoas	156
j) Crime de apartheid	157
k) Outros atos desumanos	158

3.4. CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... 158

CAPÍTULO 7 - OUTROS CRIMES INTERNACIONAIS..... 165

1. CRIMES DE GUERRA	165
2. CRIME DE AGRESSÃO	170
4. TERRORISMO	174
4. LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO... ..	180
5. CORRUPÇÃO.....	182

CAPÍTULO 3 - A JURISDIÇÃO PENAL INTERNACIONAL 187

1. ORIGENS	187
2. O TRIBUNAL DE NUREMBERG	191
3. O TRIBUNAL DE TÓQUIO	198
4. OUTROS JULGAMENTOS RELACIONADOS COM A GUERRA DE 1939-1945.....	201
5. EVOLUÇÃO POSTERIOR.....	204
6. O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA A ANTIGA IUGOSLÁVIA	211
7. O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA RUANDA.....	215
8. OS TRIBUNAIS MISTOS.....	217
9. A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PERMANENTE.....	218
10. A CONFERÊNCIA DIPLOMÁTICA DE ROMA	221

CAPÍTULO 8 - TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL..... 225

1. INTRODUÇÃO.....	225
2. O BRASIL E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	225
3. O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	227
4. DIFICULDADES PARA RATIFICAÇÃO	229
4.1. PENA DE PRISÃO PERPÉTUA	229
4.2. ENTREGA COMO MEDIDA DE COOPERAÇÃO	232
4.3. IRRELEVÂNCIA DAS IMUNIDADES E PRERROGATIVAS	233
4.4. RESERVA LEGAL E INDETERMINAÇÃO DAS PENAS.....	235
5. A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DE ROMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	236

5.1. QUESTÕES REMANESCENTES À LUZ DO PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE	241
5.1.1. Exceção ao princípio da coisa julgada	241
5.1.3. O não reconhecimento da concessão de anistia	242
CAPÍTULO 9 - JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	245
1. INTRODUÇÃO	245
2. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: NOÇÕES E ASPECTOS	245
3. FASES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	248
3.1. PRIMEIRA FASE	249
3.2. SEGUNDA FASE	251
3.3. TERCEIRA FASE	255
4. OS PRINCÍPIOS DE CHICAGO	261
5. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL	263
6. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E DIREITO PENAL INTERNACIONAL	271
BIBLIOGRAFIA	273